

ÍNDICE

CAPÍTULO II Organização do Poder Político

SECÇÃO 1.^a Princípios Fundamentais

SUBSECÇÃO A *Princípios materiais da regulação constitucional da organização do Poder político*

| | |
|--|-----------|
| §12.º Princípios de organização e funcionamento do poder político..... | 11 |
| 12.1. Princípio da separação e interdependência de poderes | 11 |
| (a) O sentido imediato da separação de poderes | 11 |
| (b) Interdependência e “governo moderado”: a concepção de Montesquieu | 13 |
| (c) Interdependência e “poder moderador”: o contributo de Benjamin Constant | 15 |
| 12.2. Princípio da equiordenação dos órgãos constitucionais | 17 |
| (a) Formulação do princípio e exemplificação..... | 17 |
| (b) Limites e excepções | 19 |
| 12.3. Princípio da pluralidade de vinculações institucionais: solidariedade, cooperação e respeito institucional | 21 |
| (a) Conceito e fundamento | 21 |
| (b) Configuração operativa dos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito institucional | 22 |
| (c) Pós-eficácia do princípio?..... | 25 |
| 12.4. Princípio da continuidade dos serviços públicos | 26 |
| 12.5. Princípio da auto-organização interna | 29 |
| 12.6. Princípio da responsabilidade..... | 32 |
| (a) Formulação do princípio..... | 32 |
| (b) Manifestações: política, civil, criminal, disciplinar e financeira..... | 34 |
| (c) Limites | 40 |
| 12.7. Princípio maioritário..... | 41 |
| (a) Os alicerces do princípio da maioria: a paradoxal força da minoria..... | 41 |
| (b) Os órgãos colegiais e a dupla maioria do artigo 116.º, n.ºs 2 e 3 | 44 |
| (c) Idem: as excepções constitucionais à maioria simples..... | 46 |

| | |
|--|-----------|
| 12.8. Princípio da imodificabilidade da competência | 49 |
| (a) Recorte constitucional da competência..... | 49 |
| (b) A flexibilidade das normas de competência: delegação e substituição | 53 |
| 12.9. Princípio da competência dispositiva | 57 |
| (a) A amplitude da competência dispositiva | 57 |
| (b) Os limites ao poder de praticar um acto: os pressupostos de exercício da competência dispositiva..... | 59 |
| (c) Os limites ao poder de recusar a prática de um acto: vinculação de agir e actos de emanção obrigatória..... | 60 |
| (d) Os limites ao poder de revogar um acto: exclusão da competência revogatória e actos irrevogáveis | 63 |
| (e) Idem: os actos de designação de titular de órgão constitucional, os actos de graça e os restantes actos constitutivos de direitos e de interesses protegidos | 66 |
| 12.10. Princípio do autocontrolo da validade..... | 69 |
| (a) Fundamento e formulação | 69 |
| (b) Incompetência do acto e reposição da juridicidade..... | 71 |
| (c) Retroactividade da reposição da juridicidade: os limites | 74 |
| §13.º Princípios respeitantes aos titulares do poder político..... | 77 |
| 13.1. Princípio da legitimação democrática | 77 |
| 13.2. Princípio da renovação | 81 |
| (a) Renovação de cargos públicos e princípio republicano..... | 81 |
| (b) Idem: os limites à renovação sucessiva de mandatos..... | 84 |
| (c) A excepção à renovação: os titulares vitalícios..... | 86 |
| 13.3. Princípio da fidelidade à Constituição | 87 |
| (a) Fidelidade e subordinação à Constituição: os deveres da fidelidade | 88 |
| (b) Fidelidade e protecção da Constituição: outros deveres de fidelidade | 90 |
| (c) Fidelidade, pluralismo e neutralidade..... | 91 |
| 13.4. Princípio da responsabilidade pessoal..... | 93 |
| (a) Responsabilidade política, criminal, disciplinar e financeira | 93 |
| (b) O problema especial da responsabilidade civil | 96 |
| 13.5. Princípio da titularidade de situações funcionais | 99 |
| (a) Formulação e configuração..... | 99 |
| (b) Limitações | 104 |
| (c) Situações pós-funcionais..... | 105 |
| (d) Renunciabilidade do estatuto funcional..... | 106 |
| 13.6. Princípio da proibição de acumulação de funções..... | 107 |
| (a) O artigo 269.º, n.º 4: afloramento de um princípio geral?..... | 107 |
| (b) As incompatibilidades dos titulares de órgãos de soberania: coordenadas constitucionais..... | 108 |
| (c) Idem: os restantes titulares de cargos públicos..... | 111 |
| (d) Excepções à proibição de acumulação de funções..... | 112 |
| 13.7. Princípio da proibição do abandono de funções | 113 |
| 13.8. Princípio da renunciabilidade ao cargo | 116 |
| (a) Conceito, configuração e natureza da renúncia | 116 |
| (b) Limites da renúncia a cargos públicos | 118 |

SUBSECÇÃO B
*Princípios sobre as fontes reguladoras
da organização do Poder político*

| | |
|---|----------------|
| §14.º Princípio da não exclusividade da configuração formal do poder político.... | 123 |
| 14.1. O propósito constitucional: o poder político formal | 123 |
| (a) O exercício do poder segundo as formas previstas na Constituição | 123 |
| (b) Constitucionalização do direito de necessidade constitucional: a incorporação do estado de excepção constitucional | 125 |
| (c) Intervenção condicionada do eleitorado: a “domesticação” do titular da soberania | 127 |
| (d) Maleabilidade de soluções constitucionais..... | 129 |
| (e) Síntese: o problema nuclear..... | 131 |
| 14.2. Contestação teórica dos pressupostos constitucionais tradicionais..... | 132 |
| (a) O povo só pode exercer o poder nas formas e nos termos previstos na Constituição? | 132 |
| (b) O equívoco da força normativa da Constituição | 135 |
| (c) A quebra do mito da onipotência da Constituição escrita..... | 137 |
| 14.3. Poder político informal: manifestações | 140 |
| 14.3.1. Poder constituinte informal | 140 |
| (a) Poder constituinte informal: um poder originário e silencioso | 140 |
| (b) Efeitos: a reformulação dos conceitos de Constituição e de inconstitucionalidade | 142 |
| 14.3.2. O poder de exteriorização informal dos titulares de cargos públicos..... | 144 |
| (a) Delimitação e configuração | 144 |
| (b) Limites ao exercício..... | 147 |
| 14.3.3. O “quarto poder”: os meios de comunicação social entre a responsabilidade política difusa e os riscos para a democracia | 148 |
| 14.3.4. O “poder oculto” | 151 |
| §15.º Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais na regulação do poder político | 155 |
| 15.1. Enquadramento metodológico: os pressupostos..... | 155 |
| 15.2. Ordem axiológica suprapositiva e princípios jurídicos fundamentais | 157 |
| 15.3. Permeabilidade do sistema jurídico à factualidade: efectividade e normatividade “não oficial” | 158 |
| 15.4. Idem: a juridificação de factos emergentes da actuação constitucional..... | 162 |
| (a) Coordenadas do problema | 162 |
| (b) Costume constitucional..... | 164 |
| (c) Praxes, práticas e usos constitucionais | 166 |
| (d) Convenções constitucionais..... | 167 |
| (e) Precedentes constitucionais | 169 |
| 15.5. Idem: a necessidade constitucional não incorporada | 176 |
| 15.6. Excurso: a normatividade dos fenómenos revolucionários..... | 180 |
| (a) Factualidade revolucionária e normatividade jurídica..... | 180 |
| (b) As lições da História..... | 182 |

| | |
|--|------------|
| §16.º Princípio da não exclusividade das fontes jurídico-políticas reguladoras do poder político..... | 185 |
| 16.1. Colocação do problema: a normatividade extrajurídica..... | 185 |
| 16.2. Normatividade técnico-científica | 187 |
| (a) O problema político e constitucional: o risco de despolitização do Poder | 187 |
| (b) Principais manifestações reguladoras | 188 |
| 16.3. Normatividade moral ou ética | 193 |
| (a) Moral e Constituição..... | 193 |
| (b) “Ética republicana” ou uma ética constitucional autónoma? | 196 |
| 16.4. Normatividade de trato social: as normas de cortesia constitucional | 202 |

SECÇÃO 2.^a

Estruturas constitucionais da República

SUBSECÇÃO A

Órgãos de soberania

| | |
|---|------------|
| §17.º Presidente da República..... | 209 |
| 17.1. Definição e caracterização funcional: o artigo 120.º | 209 |
| (a) Presidente: representa a República | 210 |
| (b) Idem: garante político da Constituição..... | 215 |
| (c) Idem: Comandante Supremo das Forças Armadas..... | 219 |
| (d) Conclusão: a síntese caracterizadora do Presidente da República | 221 |
| 17.2. Estatuto | 222 |
| 17.2.1. Eleição | 222 |
| 17.2.2. Mandato | 224 |
| (a) Início e termo do mandato | 224 |
| (b) Antecipação do termo do mandato | 226 |
| 17.2.3. Substituição | 227 |
| 17.2.4. Responsabilidade criminal..... | 230 |
| (a) Crimes praticados no exercício das suas funções..... | 231 |
| (b) Crimes estranhos ao exercício das suas funções | 234 |
| 17.3. Competência: tipologia dos poderes | 235 |
| (a) Quadro tipológico dos poderes | 235 |
| (b) Competência de exercício vinculado | 237 |
| (c) Competência de exercício condicionado | 239 |
| (d) Competência de exercício livre | 244 |
| (e) Idem: a competência administrativa interna | 246 |
| 17.4. Idem: promulgação e veto..... | 247 |
| (a) Caracterização genérica | 247 |
| (b) Regime do veto político..... | 249 |
| (c) Regime do veto jurídico ou por inconstitucionalidade..... | 251 |
| 17.5. Estatutos “presidenciais” especiais | 253 |
| (a) Presidente eleito | 254 |

| | |
|--|------------|
| (b) Presidente interino | 255 |
| (c) Presidente substituído | 257 |
| (d) Ex-Presidente | 258 |
| §18.º Assembleia da República | 261 |
| 18.1. Caracterização..... | 261 |
| 18.1.1. Definição | 261 |
| 18.1.2. Princípios gerais | 262 |
| (a) Princípio do unicameralismo..... | 262 |
| (b) Princípio da flexibilidade configurativa | 263 |
| (c) Princípio da auto-organização interna | 264 |
| (d) Princípio da dependência política do Presidente da República..... | 265 |
| (e) Princípio da permeabilidade à instrumentalização governamental | 267 |
| (f) Princípio da complexidade da organização interna..... | 270 |
| (g) Princípio da permanência de funcionamento | 272 |
| (h) Princípio da imunidade da sede parlamentar..... | 273 |
| 18.2. Os Deputados..... | 275 |
| 18.2.1. Eleição | 275 |
| (a) Candidatos a Deputados..... | 275 |
| (b) Círculos eleitorais | 276 |
| (c) Sistema eleitoral..... | 277 |
| 18.2.2. Mandato parlamentar..... | 280 |
| (a) Duração: início e termo..... | 280 |
| (b) Estatuto funcional | 283 |
| (c) Natureza jurídico-política | 284 |
| 18.2.3. Organização: os grupos parlamentares..... | 287 |
| (a) Conceito e qualificação..... | 287 |
| (b) Regime jurídico | 288 |
| (c) Natureza da figura..... | 291 |
| 18.3. Organização interna..... | 294 |
| (a) Plenário da Assembleia da República..... | 294 |
| (b) Presidente da Assembleia da República | 296 |
| (c) Mesa da Assembleia | 298 |
| (d) Comissões parlamentares..... | 299 |
| (e) Idem: Comissão Permanente da Assembleia da República..... | 301 |
| (f) Outras estruturas orgânicas | 302 |
| 18.4. Funcionamento | 303 |
| (a) Tempo de funcionamento..... | 303 |
| (b) Ordem do dia | 304 |
| (c) O voto..... | 306 |
| 18.5. Competência | 307 |
| 18.5.1. Tipos de competência | 307 |
| (a) Competência normativa | 308 |
| (b) Competência política | 310 |
| (c) Competência administrativa interna (não normativa)..... | 313 |
| 18.5.2. Idem: a competência legislativa | 315 |
| (a) Competência de reserva absoluta..... | 316 |

| | |
|--|------------|
| (b) Competência de reserva relativa..... | 318 |
| (c) Competência concorrential..... | 319 |
| 18.5.3. Idem: a competência de fiscalização política..... | 322 |
| (a) Objecto da fiscalização | 322 |
| (b) Instrumentos de fiscalização..... | 324 |
| (c) Efeitos da fiscalização..... | 326 |
| §19.º Governo..... | 329 |
| 19.1. Caracterização..... | 329 |
| 19.1.1. Configuração: o Governo como órgão autónomo..... | 329 |
| (a) Da autonomia jurídica à dependência política..... | 329 |
| (b) Da dependência à autonomia política..... | 330 |
| 19.1.2. Função | 331 |
| (a) Condução da política geral do país..... | 331 |
| (b) Órgão superior da Administração Pública..... | 336 |
| 19.1.3. Princípios gerais | 341 |
| (a) Princípio da complexidade organizativa e funcional interna..... | 341 |
| (b) Princípio da unidade política intragovernamental..... | 344 |
| (c) Princípio da solidariedade..... | 345 |
| (d) Princípio da tripla responsabilidade política imperfeita..... | 346 |
| (e) Princípio da residualidade da competência: o artigo 199.º, alínea g) | 348 |
| 19.2. Composição e formação | 349 |
| 19.2.1. Composição constitucional do Governo: aspectos gerais | 349 |
| 19.2.2. Primeiro-Ministro | 350 |
| (a) Nomeação..... | 350 |
| (b) Competência | 354 |
| (c) Responsabilidade política | 359 |
| (d) Termo e suspensão de funções | 361 |
| 19.2.3. Ministros..... | 363 |
| (a) Nomeação e cessação de funções | 363 |
| (b) Competência: quadro geral..... | 365 |
| (c) Idem: a substituição do Primeiro-Ministro | 366 |
| (d) Responsabilidade política | 367 |
| 19.2.4. Outros membros do Governo | 368 |
| (a) Vice-Primeiro-Ministro | 368 |
| (b) Secretários de Estado | 368 |
| (c) Subsecretários de Estado | 370 |
| 19.3. Funcionamento e vicissitudes..... | 371 |
| 19.3.1. Entrada em funções do Governo | 371 |
| (a) Tomada de posse..... | 371 |
| (b) Apresentação e apreciação do Programa..... | 372 |
| 19.3.2. Modalidades de funcionamento..... | 374 |
| (a) Funcionamento individual: a decisão de cada membro do Governo | 374 |
| (b) Funcionamento colegial: o Conselho de Ministros | 376 |
| (c) Idem: os Conselhos de Ministros especializados | 378 |
| 19.3.3. Cessação de funções do Governo..... | 379 |
| (a) Causas decorrentes da intervenção da Assembleia da República | 380 |

| | |
|--|------------|
| (b) Acto voluntário do próprio Primeiro-Ministro | 381 |
| (c) Intervenção do Presidente da República | 382 |
| (d) Causas objectivas ou involuntárias | 385 |
| 19.3.4. Remodelação governamental | 385 |
| 19.3.5. Suspensão de funções do Governo | 388 |
| (a) A inadmissibilidade da suspensão colectiva | 388 |
| (b) Os limites da suspensão individual | 390 |
| 19.4. Competência | 392 |
| (a) Competência política | 392 |
| (b) Competência legislativa | 395 |
| (c) Competência administrativa | 399 |
| (d) Idem: competência regulamentar | 400 |
| 19.5. Estatutos especiais do Governo | 403 |
| (a) Governos de gestão | 403 |
| (b) Governos demissionários | 405 |
| (c) Governos com Assembleia da República dissolvida | 406 |
| §20.º Tribunais | 409 |
| 20.1. Caracterização | 409 |
| 20.1.1. “Administrar a justiça em nome do povo”: função dos tribunais | 409 |
| (a) Objecto de actividade dos tribunais | 409 |
| (b) Tribunais: representantes do povo? | 415 |
| 20.1.2. Categorias de tribunais | 417 |
| (a) Tribunais (internos e externos) e mecanismos não jurisdicionais | 417 |
| (b) Elenco das diversas categorias | 419 |
| (c) Tribunal Constitucional | 421 |
| (d) Supremo Tribunal de Justiça e tribunais judiciais | 423 |
| (e) Supremo Tribunal administrativo e demais tribunais administrativos e fiscais | 425 |
| (f) Tribunal de Contas | 426 |
| 20.1.3. Princípios gerais | 427 |
| (a) Princípio da independência | 427 |
| (b) Princípio da obrigatoriedade das decisões | 430 |
| (c) Princípio da prevalência das decisões | 431 |
| (d) Princípio do controle da validade do fundamento normativo de decisão | 433 |
| 20.2. A competência dos tribunais para fiscalizar a constitucionalidade | 434 |
| 20.2.1. Introdução à fiscalização da constitucionalidade | 434 |
| (a) Conceito de inconstitucionalidade | 434 |
| (b) Idem: a inconstitucionalidade pretérita | 437 |
| (c) Tipos de fiscalização | 440 |
| (d) Objecto da fiscalização | 441 |
| 20.2.2. Fiscalização da constitucionalidade de actos normativos: a competência de todos os tribunais | 444 |
| (a) A competência dos tribunais portugueses sobre o Direito português | 444 |
| (b) A competência dos tribunais estrangeiros sobre o Direito português e a competência dos tribunais portugueses sobre o Direito estrangeiro | 445 |

| | |
|---|-----|
| 20.2.3. Idem: a competência do Tribunal Constitucional | 448 |
| (a) A fiscalização concreta | 448 |
| (b) A fiscalização abstracta: tipologia | 451 |
| (c) Idem: fiscalização preventiva | 452 |
| (d) Idem: fiscalização sucessiva | 454 |
| (e) Idem: fiscalização por omissão | 458 |
| 20.2.4. Fiscalização da constitucionalidade de actos não normativos | 460 |
| (a) Actos não normativos públicos | 460 |
| (b) Actos não normativos privados | 462 |
| 20.3. A competência dos tribunais para fiscalizar a legalidade | 463 |
| 20.3.1. Introdução à fiscalização da legalidade | 463 |
| (a) Conceito de ilegalidade | 463 |
| (b) Tipos de fiscalização | 466 |
| (c) Objecto da fiscalização | 467 |
| 20.3.2. Fiscalização da legalidade pelo Tribunal Constitucional | 468 |
| (a) A fiscalização concreta | 468 |
| (b) A fiscalização abstracta: fiscalização preventiva | 469 |
| (c) Idem: fiscalização sucessiva | 470 |
| 20.3.3. Fiscalização da legalidade pelos restantes tribunais: competência difusa genérica | 471 |
| 20.3.4. Idem: competência específica dos restantes tribunais | 472 |
| (a) Competência dos Tribunais Judiciais | 472 |
| (b) Competência dos Tribunais Administrativos | 473 |
| (c) Competência do Tribunal de Contas | 473 |

SUBSECÇÃO B

Sistema de governo

| | |
|--|------------|
| §21.º Princípios do sistema de governo | 477 |
| 21.1. Explicação prévia | 477 |
| 21.2. Princípio do pluralismo orgânico-funcional: o equilíbrio do triângulo político | 478 |
| (a) Explicação tradicional: o semipresidencialismo | 479 |
| (b) Explicação adoptada: o parlamentarismo racionalizado | 486 |
| 21.3. Princípio da permeabilidade factual: a juridificação da componente extrajurídica | 492 |
| (a) Os factores extrajurídicos: preliminares | 492 |
| (b) Idem: o sistema partidário | 493 |
| (c) Idem: a prática institucional | 497 |
| 21.4. Princípio da flexibilidade do equilíbrio orgânico-funcional: a adaptabilidade do modelo | 503 |
| (a) A transfiguração do parlamentarismo racionalizado em presidencialismo de Primeiro-Ministro | 503 |
| (b) Um sistema de governo aberto: síntese | 504 |

SUBSECÇÃO C
Outros órgãos constitucionais da República

| | |
|--|----------------|
| §22.º Órgãos da República de âmbito nacional..... | 509 |
| 22.1. Conselho de Estado | 509 |
| (a) Caracterização..... | 509 |
| (b) Competência | 511 |
| (c) Os Conselheiros de Estado | 514 |
| 22.2. Conselho Superior de Defesa Nacional..... | 515 |
| 22.3. Provedor de Justiça..... | 519 |
| (a) Caracterização..... | 519 |
| (b) Competência de incidência subjectivista..... | 522 |
| (c) Competência de incidência objectivista..... | 525 |
| 22.4. Conselho Superior da Magistratura..... | 527 |
| (a) Competência..... | 527 |
| (b) Composição | 529 |
| 22.5. Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais | 530 |
| 22.6. Procuradoria-Geral da República | 532 |
| 22.7. Conselho Económico e Social | 534 |
| 22.8. Excurso: autoridades administrativas independentes | 538 |
| §23.º Órgãos da República de âmbito local..... | 541 |
| 23.1. Representante da República para a região autónoma..... | 541 |
| (a) Estatuto..... | 541 |
| (b) Competência: quadro geral | 543 |
| (c) Idem: poderes relativos à formação do governo regional | 544 |
| (d) Idem: poderes de assinatura e veto de diplomas regionais | 546 |
| (e) Idem: poderes de defesa de juridicidade..... | 549 |
| (f) Idem: poderes inerentes e implícitos..... | 550 |
| 23.2. Presidente da assembleia legislativa da região autónoma como substituto do Representante da República | 551 |
| 23.3. O governo regional como delegado do Governo da República | 555 |
| 23.4. Governador civil | 558 |

SECÇÃO 3.^a
Estruturas políticas infra-estaduais

| | |
|---|------------|
| §24.º Regiões autónomas..... | 563 |
| 24.1. O sentido da autonomia regional..... | 563 |
| (a) A génese constituinte da autonomia regional | 563 |
| (b) Fundamento da autonomia..... | 566 |
| (c) Objectivos da autonomia | 569 |
| (d) Limites da autonomia | 571 |
| 24.2. Estatutos regionais | 572 |
| (a) Procedimento e natureza..... | 573 |
| (b) Função e significado | 575 |

| | |
|--|------------|
| 24.3. O conteúdo da autonomia: as atribuições regionais..... | 576 |
| 24.3.1. Preliminares..... | 576 |
| 24.3.2. Autonomia legislativa: o poder legislativo regional..... | 577 |
| (a) Breve evolução da autonomia legislativa..... | 578 |
| (b) Competência legislativa exclusiva ou reservada..... | 581 |
| (c) Competência legislativa autorizada..... | 583 |
| (d) Competência legislativa de desenvolvimento..... | 584 |
| (e) Competência legislativa estatutária..... | 587 |
| 24.3.3. Autonomia financeira e tributária: o poder financeiro regional..... | 589 |
| (a) Quadro geral da autonomia financeira..... | 590 |
| (b) Exercício poder tributário próprio..... | 592 |
| 24.3.4. Autonomia administrativa: o poder administrativo regional..... | 594 |
| (a) Amplitude da autonomia administrativa..... | 594 |
| (b) Poder regulamentar regional..... | 596 |
| 24.3.5. Autonomia de intervenção internacional: poderes internacionais regionais..... | 598 |
| 24.3.6. Autonomia de participação: os poderes de participação regionais..... | 599 |
| (a) Quadro geral dos mecanismos de participação..... | 599 |
| (b) Participação política..... | 600 |
| (c) Participação no procedimento legislativo..... | 601 |
| (d) Participação garantística da autonomia..... | 602 |
| 24.4. Estrutura organizativa..... | 603 |
| 24.4.1. Assembleia legislativa da região autónoma..... | 603 |
| (a) Caracterização..... | 603 |
| (b) Deputados e organização interna..... | 605 |
| (c) Competência..... | 606 |
| 24.4.2. Governo regional..... | 608 |
| (a) Caracterização..... | 608 |
| (b) Competência..... | 610 |
| 24.4.3. Sistema de governo..... | 612 |
| §25.º Poder local: as autarquias locais..... | 615 |
| 25.1. O sentido constitucional do “poder local”..... | 615 |
| (a) Origem da expressão..... | 615 |
| (b) Caracterização do poder local..... | 617 |
| 25.2. Autonomia local: princípio constitucional..... | 619 |
| 25.2.1. Caracterização..... | 619 |
| (a) Configuração do princípio da autonomia local..... | 619 |
| (b) A definição das atribuições autárquicas: entre os interesses “próprios” locais e o interesse geral nacional..... | 622 |
| (c) Idem: o núcleo essencial da autonomia local..... | 626 |
| (d) Espécies de autonomia..... | 628 |
| 25.2.2. Manifestações da autonomia local..... | 629 |
| (a) Autonomia política..... | 629 |
| (b) Autonomia normativa..... | 631 |
| (c) Autonomia financeira..... | 633 |
| (d) Autonomia administrativa (não normativa)..... | 634 |

| | |
|--|-----|
| 25.3. Estrutura organizativa..... | 635 |
| 25.3.1. As concepções em confronto na Assembleia Constituinte | 635 |
| 25.3.2. O modelo organizativo vigente | 637 |
| (a) Categorias de autarquias locais..... | 637 |
| (b) Relacionamento inter-orgânico: o sistema de governo autárquico | 640 |
| 25.4. A intervenção do Estado sobre as autarquias locais | 644 |
| (a) A tutela administrativa..... | 644 |
| (b) O artigo 199.º, alínea g), como fundamento de um poder autónomo de intervenção | 647 |
| ÍNDICE..... | 651 |